







ARTIGO ORIGINAL

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO

Viviam Mara Pereira de Souza¹ 
Liliana Müller Larocca² 
Maria Marta Nolasco Chaves² 
Melissa dos Reis Pinto Mafra Fialla³ 
Michelle Kuntz Durand⁴ 
Rafaela Gessner Lourenço² 

RESUMO

Objetivo: reconhecer o entendimento acerca da violência de gênero no espaço universitário.

Método: pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 38 participantes que vivenciavam o contexto universitário, no período de julho a setembro de 2016. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo com apoio do software webQDA.

Resultados: foram evidenciadas três categorias empíricas: violência de gênero; reconhecimento da violência de gênero nos espaços universitários; e subjetividades da violência de gênero. Destaca-se que a comunidade universitária tem dificuldades em expor sua compreensão acerca da violência de gênero.

Conclusão: violência de gênero é a reprodução de poder sobre o outro, considerado "inferior", concepção revelada no cenário estudado. É necessário dar visibilidade ao fenômeno, por meio de escuta que não se traduza na culpabilização do indivíduo exposto à violência.

DESCRITORES: Violência; Políticas Inclusivas de Gênero; Violência de Gênero; Educação Superior; Acolhimento; Enfermagem.

VIOLENCIA DE GÉNERO EN EL ESPACIO UNIVERSITARIO

RESUMEN:

Objetivo: reconocer lo que se entiende acerca de la violencia de género en el espacio universitario. **Método:** investigación exploratoria de enfoque cualitativo. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con 38 participantes que experimentaban el contexto universitario, en el período de julio a septiembre de 2016. Los datos se analizaron por medio del Análisis de Contenido con la asistencia del software webQDA. **Resultados:** se hicieron evidentes tres categorías empíricas: violencia de género; reconocimiento de la violencia de género en los espacios universitarios; y subjetividades de la violencia de género. Se destaca que la comunidad universitaria tiene dificultades para exponer lo que entiende acerca de la violencia de género. **Conclusión:** la violencia de género es la reproducción del poder sobre el otro, considerado "inferior", concepto revelado en el ámbito estudiado. Es necesario dar visibilidad al fenómeno, por medio de habilidades para escuchar que no se traduzcan en la culpabilización de la persona expuesta a la violencia. **DESCRITORES:** Violencia; Políticas Inclusivas de Género; Violencia de Género; Educación Superior; Recepción; Enfermería.

¹Universidade Federal do Paraná, Hospital das Clínicas. Curitiba, PR, Brasil.

²Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil.

³Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba, PR, Brasil.

⁴Universidade Federal de Santa Catarina. Curitiba, PR, Brasil.

INTRODUÇÃO

Violências são fenômenos multifacetados que seguem a história da humanidade. Podemos compreendê-las como relações nas quais sujeitos são rebaixados à condição de objetos, seja por meio da imposição de poder, força física ou coerção. São fenômenos de caráter estrutural, determinados histórica e socialmente. Por vezes, acontecem de forma silenciosa nas relações sociais, familiares ou institucionais, configurando-se no uso de poder para ferir e impor sofrimento⁽¹⁾.

Tais manifestações expressam singularidades e particularidades, com destaque para a violência de gênero, fenômeno que expressa a desigualdade na relação entre homens e mulheres, ocorrendo no âmbito das relações de poder, na sexualidade, na autoidentidade e nas instituições sociais⁽²⁻³⁾. Esse fenômeno é resultante de desigualdades, expressas por dominação, opressão e crueldade, ou seja, ações que resultam em dano físico ou emocional, perpetradas com abuso de poder, pautadas em assimetrias entre gêneros⁽⁴⁻⁵⁾.

O poder é uma prática social, existindo nas relações institucionais e do Estado, e a universidade é parte importante deste contexto⁽⁴⁻⁶⁾. Nas universidades, cenários de idealização social e de reprodução da realidade objetiva, é necessário desvelar a cultura machista e patriarcal que legitima e naturaliza a violência de gênero. Neste estudo, as universidades são entendidas como espaços de densa estrutura hierárquica e de relações desiguais, às quais estão vulneráveis mulheres e aqueles fora do padrão heteronormativo imposto pela sociedade^(4,6-7).

Abordar a temática da violência de gênero na universidade justifica-se por esse cenário ser espaço de formação e produção de conhecimentos, além disso, representa locus privilegiado para o desenvolvimento de propostas de enfrentamento e de transformação social de fenômenos complexos, como a violência. Desta forma, se faz necessária a compreensão das contradições sociais que permitem a manutenção de desigualdades nas relações estabelecidas entre os gêneros⁽¹⁻³⁾.

Para tanto, buscou-se compreender junto à população universitária a seguinte questão: Como a violência de gênero é reconhecida no espaço universitário?

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, que permitiu investigar um fenômeno não mensurável: a violência de gênero. Tal abordagem possibilitou aproximações a este fenômeno complexo, intenso e profundo⁽⁸⁾, e foi fundamentada no referencial teórico-metodológico da Teoria de Intervenção Prática de Enfermagem em Saúde Coletiva (TIPESC), como forma de produção de conhecimento crítico, emancipador e de transformação social⁽⁹⁾.

As etapas desenvolvidas foram: Captação e interpretação da Realidade Objetiva. As categorias analíticas foram: dimensão estrutural, particular e singular, as quais permitiram clarear o objeto fenomênico, expondo a dialética entre as partes e a totalidade⁽⁸⁾. A dimensão estrutural refere-se aos processos de desenvolvimento das forças produtivas, relações de produção, formação econômica e social e formatos político-ideológico derivados, cenário social em que estão inscritas as universidades brasileiras. A dimensão particular refere-se aos processos de reprodução social expressos nos perfis epidemiológicos e frações de classe, gênero, etnia e geração, sendo aqui interpretada como processo de desgaste e proteção para violência de gênero verificada na comunidade universitária. A dimensão singular foi percebida nos processos que têm maior proximidade com o indivíduo, resultando

no adoecer e morrer dentro de uma sociedade, representada aqui pelos sentimentos expressados em relação à temática pelos participantes.

Os cenários de estudo foram dois Centros de Atendimento à Saúde (CASA) de uma universidade pública do sul do país, escolhidos por representarem a comunidade universitária de forma ampliada, já que abrange servidores e seus dependentes, bem como alunos da universidade. Como critério de inclusão, foi considerado para o grupo de trabalhadores atuar nos serviços selecionados e para o grupo de usuários ter acima de 18 anos. O critério de exclusão foi ter menos de 18 anos. O convite foi estendido a todos os funcionários dos CASAs, sem haver recusa de participação. Já os usuários foram convidados durante permanência em sala de espera, e houve somente uma recusa.

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada em duas etapas: a primeira de identificação dos participantes e a segunda com abordagem específica acerca de violência de gênero. Os dados foram coletados nos espaços físicos dos serviços referidos, no período compreendido entre julho e setembro de 2016. O conteúdo foi gravado em áudio com a anuência dos participantes e posteriormente transcrito. A identificação dos participantes ocorreu de forma sequencial, com a letra E (entrevista), seguida da letra S (servidor) ou da letra U (usuário) e de número arábico para cada grupo (ES1 a ES19; EU1 a EU19).

Foi definida uma amostra intencional, e a coleta de dados foi encerrada após saturação dos dados⁽⁹⁾. Os aspectos éticos e legais foram respeitados conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, sendo a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná, sob o número do parecer 1.618.255. Foram seguidos todos os preceitos do COREQ (Critérios consolidados para relatos de pesquisa qualitativa⁽¹⁰⁾).

A análise dos dados foi baseada na Análise de Conteúdo temática (AC)⁽¹¹⁾. Para identificar as categorias empíricas, o material foi organizado no software webQDA⁽¹²⁾. Neste artigo, foram selecionados os seguintes questionamentos emergentes das categorias analíticas, por meio do sistema de codificação das falas: "O que você entende por violência de gênero?" e "Você já vivenciou/presenciou alguma violência dentro da universidade que reconheceu como violência de gênero?".

RESULTADOS

Participaram deste estudo 38 entrevistados divididos em dois grupos: 19 trabalhadores da área da saúde lotados nos serviços e 19 usuários (15 estudantes, um dependente e três servidores). Como caracterização dos participantes, identificou-se uma maior representatividade do sexo feminino. Quanto à faixa etária, houve maior concentração no grupo de trabalhadores entre 40 e 60 anos e no grupo de usuários, entre 20 e 30 anos. Entre os trabalhadores do serviço, a maioria era da área da Enfermagem, e entre os usuários a maioria era discente, distribuídos de forma semelhante entre cursos de graduação e pós-graduação.

Os resultados foram divididos nas Categorias Analíticas relacionadas às classificações nas Dimensões da Realidade Objetiva - estrutural, particular e singular, e identificadas as Categorias Empíricas pelas codificações do material empírico nas ferramentas do software - Códigos Árvore e Nós. A interpretação do fenômeno está esquematizada na Figura 1.

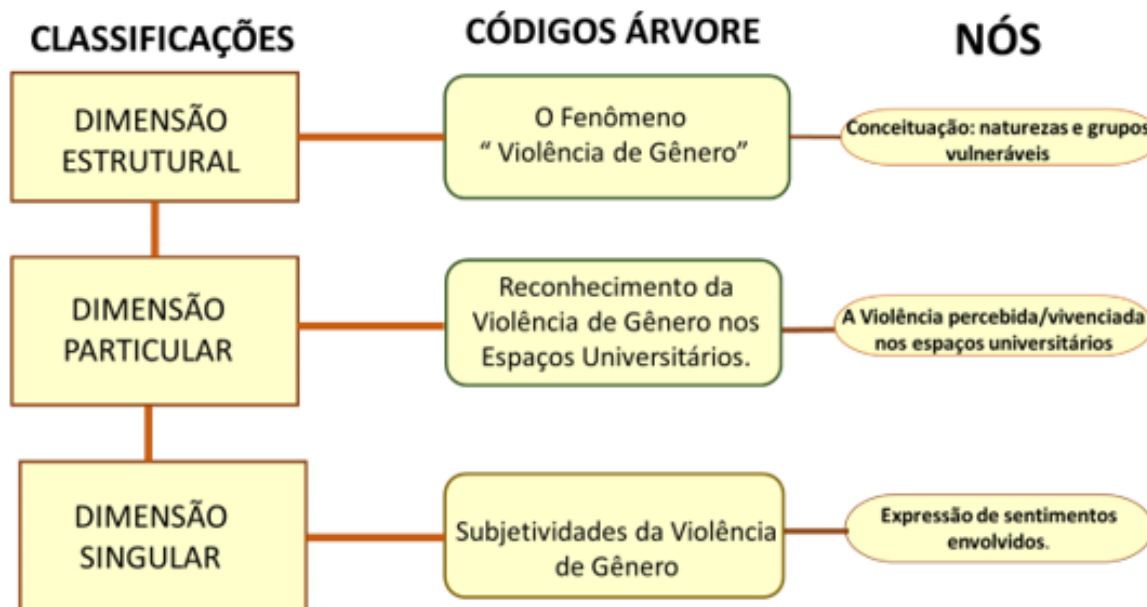


Figura 1 – Categorização dos resultados com o apoio webqda®. Curitiba, PR, Brasil, 2019
Fonte: Autores (2019)

Dimensão Estrutural: O Fenômeno “Violência de Gênero”

Na Dimensão Estrutural, foi considerado como Código Árvore - o Fenômeno Violência de Gênero, do qual originou-se o Nó: Conceituação: naturezas e grupos vulneráveis.

Grande parte das narrativas reconheceu o termo Violência de Gênero de forma parcial e superficial. Alguns destes trechos são transcritos a seguir:

Violência de gênero seria violência sexual ou por ser homossexual [...]. (EU6)

[...] menosprezar ou violentar fisicamente ou com palavras uma pessoa somente por ser mulher ou ter uma unidade de gênero diferente da sua. (EU12)

Violência de gênero eu acho que são pessoas que sofrem discriminação [...] de não ser aceitos como as pessoas são. (ES6)

[...] é a violação de direitos das pessoas que optam por ter ou seguir um estilo de vida, ou um desejo [...]. (ES18)

O Nó emergiu do entendimento de que, ao exporem o que compreendiam acerca de Violência de Gênero, os entrevistados ressaltaram as naturezas do fenômeno e os grupos vulneráveis.

As naturezas estão descritas de acordo com as citações dos entrevistados, sendo que um entrevistado pode ter citado mais de uma natureza: violência física (13), violência sexual (8), violência psicológica (6), violência verbal (5), violência racial (4), assédio moral (4) e violência financeira (1).

Assim como as naturezas, foi possível elencar grupos vulneráveis à Violência de Gênero: mulheres (21), LGBTQI+ (9), homens (7), crianças (3), portadores de alguma doença ou deficiência (2). Apenas um (1) entrevistado do grupo dos usuários relatou não saber nada sobre o tema. Destaca-se que um entrevistado pode ter citado mais de um grupo vulnerável.

Dimensão Particular: Reconhecimento da Violência de Gênero nos espaços universitários

Nessa categoria analítica, foi elencado o Código Árvore: o Reconhecimento da violência de gênero existente nos espaços universitários. O Nó que emergiu foi: violência de gênero percebida/vivenciada nos espaços universitários.

Percebe-se que, do grupo de servidores, 63,16% (12) relataram ter vivido e/ou presenciado casos de violência de gênero na universidade, 36,84% (7) negaram vivenciar ou presenciar. Entre o grupo de usuários, 52,63% (10) declararam já ter vivido e/ou presenciado violência de gênero na universidade, e 47,37% (9) declararam não ter vivido ou presenciado este tipo de violência nos espaços universitários. Foram identificados os seguintes relatos:

Eu acho que é a cultura machista da universidade, então isto aparece durante uma consulta [...]. (ES2)

[...] professores que são mais bonzinhos, digamos assim, com mulheres e não são tão bonzinhos com os meninos. (EU5)

[...] a gente cansa de ver pelos muros da universidade afirmações sexistas, machistas, que são somente apagadas, não discutidas pelos centros, pela administração da universidade [...] o que eu tenho mais observado no meu cotidiano é a submissão que alguns profissionais fazem em detrimento de outros, em especial com a categoria médica, em relação a profissões majoritariamente femininas [...]. (EU18)

As narrativas representativas de violência de gênero referem-se às violências que atingem mulheres. Nos dois grupos, servidores e usuários, 55,26% (21) reconheceram em suas falas as mulheres como mais vulneráveis à tal violência.

No contexto das mulheres submetidas à violência de gênero, foi identificada em duas falas de servidores a preocupação com os trotes e as festas universitárias, conforme trechos a seguir:

[...] desde festas universitárias, onde existe um consumo de bebida alcoólica e tudo, então é aquela famosa relação sexual consentida/alcoolizada, para mim isso é uma violência sexual [...]. (ES3)

O trote para mim é uma violência geral, para quem está ingressando na universidade, mas eu acho que ele é pior nas meninas. Eu já vi meninas que contaram coisas que elas foram obrigadas a fazer que eu achei muita violência. A ingestão de álcool, de fazer coisas assim, beijar na força, pegar coisa da boca de outra pessoa. (ES15)

Dimensão Singular: Subjetividades da Violência de Gênero

Nessa categoria analítica, o Código Árvore elencado foi: Subjetividades da violência de gênero. O Nó que emergiu foi o seguinte: expressão de sentimentos envolvidos.

Neste Nó, foram elencadas também as expressões subjetivas de sentimentos como forma de externalizar uma interpretação pessoal e que contemplam tanto o trabalhador que acolhe, quanto a pessoa que sofreu a violência. Estas falas estão transcritas a seguir:

[...] o que vão pensar de mim, o que vão falar, vão dizer que ele me assediou porque eu dei bola, porque eu dei atenção [...]. (EU3)

[...] a gente se sente na maior parte das vezes impotente para ajudar. (ES5)

[...] o atendimento ocorre por se sentirem discriminadas, se sentirem ofendidas [...]. (ES6)

[...] sente-se envergonhada, não procura nada, porque sempre a vítima se acha culpada

[...]. (ES10)

DISCUSSÃO

A violência de gênero se manifesta por intermédio de linguagem ideológica que representa a forma de ser, de se comunicar, de vivenciar, de apreender e de interpretar o mundo. Essa compreensão é representada por relações sociais, culturais e econômicas reproduzidas em todos os espaços da sociedade, incluindo as idealizadas instituições universitárias⁽¹³⁾.

Há uma historicidade neste fenômeno, uma diversidade de identidades e experiências que articulam a categoria gênero com outros eixos (classe, sexo, raça, etnia, orientação sexual, religião, geração, territorialidade, etc.), conformando discursos e práticas sociais excludentes que sustentam desigualdades e desencadeiam violências que acometem grupos vulneráveis⁽⁶⁾.

A universidade é um espaço de reprodução social, mesmo sendo considerado um cenário de pluralidade de pensamentos; nela se multiplicam manifestações violentas de discriminação e intolerância⁽⁴⁻⁶⁾.

A dimensão estrutural do fenômeno foi destacada pelos entrevistados que identificaram a violência de gênero de forma variada, apontando diversas naturezas e grupos vulneráveis. Os limites do que é ou não considerado uma ação violenta nos espaços universitários acabam enevoados^(7,14).

A violência de gênero é a representatividade das assimetrias de poder entre homens e mulheres, que se expressa por dominação e submissão, sendo reconhecidas, assim como no estudo, as manifestações física, sexual e psicológica⁽¹³⁻¹⁴⁾.

Os resultados evidenciaram um leque de entendimentos sobre quais grupos populacionais são considerados vulneráveis à violência de gênero. Foram citados mulheres, homens, crianças, portadores de alguma deficiência ou doença e o grupo LGBTQI+.

No universo das violências em geral, os homens são o grupo mais atingido por mortes violentas. No que tange à violência de gênero, alguns grupos estão mais expostos devido às desigualdades historicamente construídas, que são as mulheres e indivíduos que fogem ao padrão heteronormativo imposto pela sociedade⁽¹⁵⁻¹⁶⁾.

Há entendimentos que mulheres e o grupo LGBTQI+ são mais vulneráveis às violências de natureza sexual⁽⁴⁻⁶⁾. Ações discriminatórias e violentas são transmitidas por meio de opiniões que coíbem ou maltratam a diversidade nos espaços universitários, menosprezando raças, culturas, gêneros e sexualidades, o que compromete o direito à diversidade no espaço coletivo^(6,17).

As questões de gênero, aliadas às desigualdades sociais, são elementos fulcrais na (re)produção das violências e os quesitos desigualdade social e de gênero se apresentam no seio das assimetrias de poder⁽¹⁵⁻¹⁷⁾, entre homens e mulheres, ricos e pobres, heterossexuais e não heterossexuais, pessoas com e sem deficiência.

Cada sociedade se organiza para a produção de sua existência em classes e frações sociais que determinam os processos de reprodução social, resultando em distintas qualidades de vida e perfis de saúde-doença, reconhecidas neste estudo como dimensão particular: espaço de contradições entre classes e modos de viver⁽⁷⁾.

No contexto da violência de gênero, as universidades conformam cenários nos quais

as relações de gênero se reproduzem, podendo significar aprendizados desastrosos que se perpetuam nas gerações futuras⁽¹⁷⁻¹⁸⁾. Nas universidades, ocorre a mesma socialização das relações de gênero presentes fora de suas paredes; além disto, esses espaços conservam uma forte estrutura hierárquica que favorece este tipo de relação desigual⁽¹⁸⁾.

Tal perspectiva vai ao encontro de um estudo divulgado em 2015, realizado com 1823 universitários dos cursos de graduação e pós-graduação de duas universidades do estado de São Paulo, no qual se identificou que, com frequência, estudantes homens não reconheciam algumas atitudes como violentas. Em relação às alunas entrevistadas, 67% admitiram ter sofrido algum tipo de agressão no ambiente universitário⁽¹⁹⁾.

Esse entendimento é confirmado por estudos nos quais mais da metade das pessoas submetidas a violências sexuais, ocorridas em ambiente universitário, não relatou o evento por não o considerar suficientemente grave^(7,18).

A violência de gênero presente no ambiente universitário por vezes não é reconhecida, em virtude de visão idealizada da instituição de ensino superior. Esse meio, que deveria promover um ambiente de vanguarda à frente da sociedade patriarcal, norteador a paz, nem sempre o faz, sendo que a desigualdade e a discriminação de gênero aparecem no ensino superior brasileiro de diversas formas, explícitas ou não⁽⁶⁾.

Pesquisa realizada em São Paulo identificou a preocupação de estudantes com trotes e festas universitárias, nas quais há, geralmente, elevado consumo de bebidas alcoólicas, apontadas como um dos gatilhos das violências. Entre os universitários paulistas entrevistados, 27% não acreditam que abusar sexualmente de outra estudante sob efeito exagerado de bebida alcoólica seja uma forma de violência. Os resultados descreveram ainda que 46% dos entrevistados conheciam casos de alunas que sofreram violência sexual em festas, competições, trotes e dependências da universidade, 56% já sofreram assédio no ambiente universitário, 36% deixaram de fazer alguma atividade por medo da violência e 11% sofreram tentativa de abuso sob efeito de álcool⁽¹⁹⁾.

A vulnerabilidade para contato sexual não consensual agravada pelo uso de álcool e drogas é corroborada por um estudo estadunidense. Neste se identificou que universitárias sofreram algum tipo de abuso sexual estando sob a influência de álcool e/ou drogas, 5,4% relataram ter sofrido estupro por incapacitação e 6,6% relataram ter sofrido toque sexual não consentido⁽⁷⁾.

De maneira geral os trotes universitários têm sido permeados por violências, com imposição de estruturas hierárquicas antigas e tradicionais entre gêneros e raças, estando ligados à questão de privilégios de determinados grupos^(6,20). No Brasil houve, nos últimos anos, aumento de denúncias de trotes universitários que, por meio de práticas machistas, homofóbicas e racistas, achacam calouros submetendo-os a atividades agressivas nas festas e nas residências estudantis. Tal violação, em grande parte, é realizada por um grupo de homens, brancos, de classe média alta, que reproduzem nos espaços universitários os modelos de dominação social e de masculinidade presentes na sociedade, associados à virilidade e à violência, que são processos estruturantes da violência de gênero⁽²⁰⁾.

A realidade apresentada se agrava ainda mais quando ocorre com a conivência dos administradores das universidades com os trotes violentos e discriminadores. Esta postura negligente denota uma aceitação cômoda, que só se inverte em casos de morte, porque um fenômeno com tal consequência afeta diretamente a imagem da instituição e a carreira dos agressores^(7,20).

Nesta compreensão, destaca-se que porcentagem significativa de alunos declarou que, mesmo tendo presenciado uma manifestação sexual violenta, não relataram o incidente, por acreditar que nada seria feito em relação ao caso⁽⁷⁾. É relevante entender que, nos casos de assédio e violência sexual dentro das universidades, o sexo está sendo vivenciado como instrumento de dominação, embora possa vir mascarado de um contexto discursivo de liberdade sexual⁽⁴⁻⁶⁾.

A universidade tem sido historicamente um espaço de medo para as mulheres, onde violências podem ser perpetradas por estranhos, colegas, professores e parceiros do cotidiano. Os tipos identificados de violência vão desde a desqualificação intelectual até estupro⁽¹⁹⁾.

Não há preparo nos ambientes universitários para o enfrentamento às violências, quais definições devem ser utilizadas, bem como diretrizes administrativas de proteção às pessoas expostas às violências, poucas são aquelas que apresentam punição aos possíveis agressores e, conseqüentemente, promovem o seu afastamento das atividades institucionais⁽¹⁸⁾.

Salientamos que o cotidiano das universidades pode ser compreendido como espaço de transição e conflito, no qual os discursos e práticas são reproduzidos, aumentando as desigualdades e hierarquias, excluindo e marginalizando com isso desejos, gêneros e sexualidades. Esta exclusão e marginalização conformam a base das práticas homofóbicas que têm ocorrido de forma frequente nestes ambientes⁽²¹⁾.

Pesquisa estadunidense afirma que 27% dos estudantes universitários que fogem ao padrão heteronormativo sofreram manifestação sexual violenta envolvendo força física ou incapacitação após seu ingresso na universidade⁽⁷⁾. As violências contra homossexuais, principalmente travestis e transgêneros, frequentemente levam à morte, incontestavelmente uma das facetas mais trágicas da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Nesse contexto, todas as formas de discriminação e homofobia devem ser consideradas como situações produtoras de doença e sofrimento⁽²¹⁻²²⁾.

Necessário compreender que essas formas de preconceito não ocorrem de maneira isolada de outras formas de discriminação social. Elas caminham lado a lado e são reforçadas pelo machismo, racismo, misoginia e todas as formas correlatas de discriminação⁽²²⁾.

A universidade tem a mesma base material que a sociedade, sendo possível afirmar que violências no ensino superior fazem parte da sua organização, aparecendo de forma aberta e escrachada, ou sutil e dissimulada⁽⁴⁾. As violências são a representação de crenças historicamente construídas, que servem como fundamento das relações de dominação⁽²³⁻²⁴⁾. No meio universitário, se apresentam de diversas formas: sexualidade, aparência física, pretensas diferenças cognitivas entre homens e mulheres, status da futura carreira e postura de docentes^(4,6,13).

A dimensão singular não existe de maneira independente das demais dimensões e representa a totalidade mais próxima do objeto⁽⁸⁾. Nessa dimensão, foram consideradas as subjetividades, compreendidas como encontro do social e individual, formando uma estrutura que conforma os sujeitos e se expressa nas suas relações, ou seja, na práxis⁽²³⁾. Nas narrativas, os entrevistados utilizaram termos descritores de sentimentos que refletem a percepção com que cada indivíduo reage à agressão e ao sofrimento, resultando em sinais e sintomas que camuflam um silêncio que evidencia sentimentos de humilhação, vergonha e revolta⁽²⁴⁾.

Também foram destacados nos resultados sentimentos que traduzem impotência, angústia, insegurança, desorientação e tristeza dos trabalhadores de saúde ao se defrontarem com o fenômeno investigado. Estudo realizado na Bahia, sobre violência contra mulheres por parceiros íntimos, concluiu que o espaço da saúde deve oportunizar reflexões acerca da construção social de gênero e das crenças do domínio das masculinidades sobre as feminilidades⁽²⁵⁾.

Esta pesquisa apresentou como limitações narrativas que refletem as subjetividades e interpretações pessoais dos participantes, por isso, não é possível gerar respostas definitivas para a temática. Porém, deixou delineados caminhos de intervenção nos quais o papel da Enfermagem tem protagonismo.

CONCLUSÃO

A violência de gênero é a reprodução de poder sobre o outro considerado “inferior”, concepção percebida no cenário estudado. Desta forma, as universidades têm responsabilidade para fomentar discussões acerca da inclusão de novos e diferentes sujeitos nos seus espaços.

A violência de gênero se torna invisível quando os serviços de escuta/denúncia/notificação não estão preparados para seu atendimento. Tal visibilidade precisa ser feita por meio de escuta que não se traduza na culpabilização da pessoa submetida ao fenômeno.

Houve reconhecimento da violência de gênero nos espaços estudados, porém, de maneira parcial e superficial. O enfrentamento cotidiano da invisibilidade desse fenômeno no ambiente universitário dependerá do desenvolvimento de debates e discussões e da proposição de estratégias que garantam a igualdade de direitos de mulheres e homens. Além disso, há necessidade de abordar a temática com profundidade nos diferentes espaços da realidade acadêmica, por meio de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

Desvelar a violência de gênero no interior das universidades é necessário para reconhecer e enfrentar o fenômeno nas suas dimensões estrutural, particular e singular, com vistas a diminuir a invisibilidade a que estão expostos os grupos vulneráveis. Destacamos como contradição importante a visão idealizada de universidade que se contrapõe ao espaço de reprodução de violências, em especial à de gênero.

Caminhos para o alcance desses objetivos passam pela organização e ampliação de debates que estimulem mudanças, por meio da reflexão, visibilidade, denúncia e formulação de políticas públicas capazes de diminuir as desigualdades sociais estruturantes das violências. Cabe às universidades a vanguarda deste processo, buscando promover ações que minimizem os impactos das desigualdades histórico-sociais construídas.

REFERÊNCIAS

1. Minayo MC de S. Violência e educação: impactos e tendências. Revista Pedagógica. [Internet]. 2013 [acesso em 15 dez 2017]; 15(31): 249-64. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v15i31.2338>.
2. Duarte MC, Fonseca RMGS da, Souza V de, Pena ED. Gender and violence against women in nursing literature: a review. Rev. bras. enferm. [Internet]. 2015 [acesso em 12 dez 2017]; 68(2): 325-32. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680220i>.
3. Fleury-Teixeira EM; Meneguel SN. Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2015.
4. Signorelli MC. Violência de gênero: um desafio para a educação. Diversidade e educação: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia. Matinhos: UFPR Litoral; 2014.
5. Santos RG, Moreira JG, Fonseca ALG, Gomes Filho AS, Ifadireó MM. Violência contra a mulher à partir das teorias de gênero. Id on Line Rev. Mult. Psic. [Internet]. 2019 [acesso em 12 dez 2017]; 13(44): 97-117. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/idonline.v13i44.1476>.
6. Almeida TMC. Mulheres e violências: interseccionalidades. [Internet]. Brasília, 2017. [acesso em 15 fev 2018]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf>.

7. Westat. Report on the AAU Campus Climate Survey on Sexual Assault and Sexual Misconduct [Internet]. California: Stanford; 2015 [acesso em 22 fev 2018]. Disponível em: https://ias.virginia.edu/sites/ias.virginia.edu/files/University%20of%20Virginia_2015_climate_final_report.pdf.
8. Egry EY, Fonseca RMGS da. Acerca da qualidade nas pesquisas qualitativas em enfermagem. Investigação qualitativa: inovação, dilemas e desafios. Aracaju: EDUNIT; 2015.
9. Minayo MC de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. [Internet]. 2017 [acesso em 20 fev 2018]; 5(7): 01-12. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturacao.pdf.
10. Tong A, Sainsbury P, Craig J. Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. Int J Qual Health Care [Internet]. 2007 [acesso em 10 dez 2018]; 19(6):349-57. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/intqhc/mzm042>.
11. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011.
12. webQDA. Manual de utilização rápida. [Internet]. Santiago: UA editora; 2016 [acesso em 10 out 2018]. Disponível em: https://app.webqda.net/Fontes/Manual_de_Utilizacao_webQDA.pdf.
13. Wanzinack C, Signorelli MC. Violência, gênero & diversidade: desafios para a educação e o desenvolvimento. [Internet]. Rio de Janeiro: Autografia; 2015 [acesso em 10 dez 2018]. Disponível em: http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/10/livro_violencia_genero_e_diversidade.pdf.
14. Repullo CR. Vocestraslosdatos: una mirada cualitativa a la violencia de género em adolescents [Internet]. Instituto Andaluz de la Mujer; 2016 [acesso em 19 set 2017]. Disponível em: https://www.observatoriodelainfancia.es/ficherosoia/documentos/4879_d_VocesDatos.pdf.
15. Santos KB dos, Murta SG. Influência dos pares e educação por pares na prevenção à violência no namoro. Psicol. cienc. prof. [Internet]. 2016 [acesso em 07 ago 2017]; 36 (4): 787-800. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000272014>.
16. Egry EY, Fonseca RMGS da, Oliveira MA de C. Ciência, saúde coletiva e enfermagem: destacando as categorias gênero e geração na episteme da práxis. Rev bras enferm. [Internet]. 2013 [acesso em 23 jan 2017]; 66. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672013000700016>.
17. Ibanez DB. La violencia de género em ecuador: un estudio sobre los universitarios. Rev. Estud. Fem. [Internet]. 2017 [acesso em 23 jan 2017]; 25 (3): 1313-1327. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1313>.
18. Maito DC, Panúncio-Pinto MP, Severi FC, Vieira EM. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. Interface (Botucatu) [Internet]. 2019 [acesso em 20 set 2020]; 23: e180653. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/interface.180653>.
19. Instituto Avon. Pesquisa Instituto Avon / Data Popular. Violência contra a mulher no ambiente universitário. [Internet]. São Paulo: Instituto Avon; 2015 [acesso em 07 nov 2018]. Disponível em: http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf.
20. Organização das Nações Unidas (ONU). Carta pelo fim do trote violento contra gênero e raça. [Internet] Brasília: ONU; 2015 [acesso em 15 abr 2017]. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/02/carta_trotes.pdf.
21. Garcia MRV, Mendonça-Magro VM de, Leite KC. Discriminação e violência homofóbica segundo os participantes da 6ª Parada do Orgulho LGBT de Sorocaba- SP: subsídios para (re) pensar as práticas educativas. Cad. Pes. [Internet]. 2015 [acesso em 23 mar 2019]; 22 (3). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v22.n3.p.42-58>.
22. Popadiuk GS, Oliveira DC, Signorelli MC. The National Policy for Comprehensive Health of Lesbians, Gays, Bisexuals and Transgender (LGBT) and access to the Sex Reassignment Process in the Brazilian Unified Health System (SUS): progress and challenges. Cienc. saude colet. [Internet]. 2017 [acesso em 15

jun 2019]; 22 (5): 1509-1520. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.32782016>.

23. Colling AM, Tedeschi LA. (Org.). Dicionário crítico de gênero. Dourados/MS: Multilivros; 2015.

24. Duarte MC, Fonseca RMGS da, Souza V de, Pena ED. Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão. Rev bras enferm. [Internet]. 2015 [acesso em 16 abr 2017]; 68 (2). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680220i>.

25. Carneiro JB, Gomes NP, Campos LM, Gomes NP, Cunha KS da, Virgens I da R, et al. Contexto da violência conjugal em tempos de Maria da Penha: um estudo em grounded theory. Cogitare enferm. [Internet]. 2019 [acesso em 01 jun 2019]; 24. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v24i0.59431>.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO:

Souza VMP de, Larocca LM, Chaves MMN, Fialla M dos RPM, Durand MK, Lourenço RG. Violência de gênero no espaço universitário. Cogitare enferm. [Internet]. 2021 [acesso em "colocar data de acesso, dia, mês abreviado e ano"]; 26. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v26i0.67689>.

*Artigo extraído da dissertação de mestrado "Violência de Gênero: Proposta de Acolhimento em Centros Universitários de Atendimento à Saúde". Universidade Federal do Paraná, 2016.

Recebido em: 29/06/2019

Aprovado em: 16/09/2020

Editora associada: Susanne Elero Betioli

Autor Correspondente:

Viviam Mara Pereira de Souza

Universidade Federal do Paraná - São José dos Pinhais, PR, Brasil

E-mail: vimara_enf@yahoo.com.br

Contribuição dos autores:

Contribuições substanciais para a concepção ou desenho do estudo; ou a aquisição, análise ou interpretação de dados do estudo - VMPS, LML, MMNC

Elaboração e revisão crítica do conteúdo intelectual do estudo - VMPS, LML, MMNC, MRPMF, MKD, RGL

Aprovação da versão final do estudo a ser publicado - VMPS, LML, MMNC, MRPMF, MKD, RGL



Copyright © 2021 Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.